



NEXO CAUSAL

Servidores intoxicados têm laudos favoráveis

Página 2

ARTIGO

Para que servem os sindicatos no século XXI?

Página 4

FUNASA

Mesa discute retorno imediato de servidores

Página 3



Órgão de divulgação do Sindicato dos Servidores Públicos Federais de Mato Grosso

ANO XVIII - Nº 212

Cuiabá - Agosto de 2025

O compromisso

Acesse: www.sindsepmmt.org.br



REFORMA ADMINISTRATIVA

Comissão geral anunciada por presidente da Câmara é grave ataque aos serviços públicos

Aliança das Três Esferas, (federais, estaduais e municipais), está convocando os servidores para reforçar atividades e mobilização conjunta

Foi recebido com preocupação, pela Condsef/Fenadsef e diversas entidades representativas dos servidores públicos, o anúncio feito na segunda-feira, 25, pelo presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta, por meio de suas redes sociais, sobre a realização de uma comissão geral para debater a Reforma Administrativa no próximo dia 3 de setembro.

A Comissão Geral é uma sessão plenária ampliada que acontece quando o plenário interrompe os trabalhos ordinários para debater um assunto de grande relevância. Vale destacar que, até o momento, um relatório formal do Grupo de Trabalho (GT) instalado na Câmara, também sob determinação de Motta, sequer foi apresentado à sociedade.

O que se tem até agora são declarações e entrevistas dadas pelo relator, deputado Pedro Paulo, que sinalizam para temas e questões que preocupam as entidades sindicais. Pedro Paulo chegou a falar em entrevista ao jornal "O Globo" que alterou pontos da proposta a pedido do governo, mas o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) negou qualquer acerto sobre reforma ad-

Foto: Lula Marques/Agência Brasil



Hugo Motta acelera reforma administrativa

ministrativa com relator da proposta na Câmara.

A Condsef/Fenadsef, que representa cerca de 80% do funcionalismo público federal, considera a convocação da comissão preocupante. Esse movimento político-empresarial, que conta com apoio da grande mídia - só hoje três grandes jornais divulgaram editoriais pela aprovação da reforma administrativa - quer acelerar a tramitação de uma proposta onde o discurso é o de modernização e combate a privilégios mas que, na prática, retoma ataques da PEC 32, de Bolsonaro-Guedes, com mesmo objetivo: desmontar os serviços públicos retirando direitos dos servidores. Importante destacar que supersalá-

Foto: Mário Hashimoto



Sindsep participou da audiência pública

rios e militares estão de fora desse debate.

Em ofício encaminhado à presidência da Câmara, a Condsef/Fenadsef solicitou participação e direito de fala na comissão geral. No documento, a entidade destaca que a sessão plenária, quando transformada em comissão geral, pode receber representantes da sociedade relacionados ao tema debatido, conforme previsão da própria Câmara..

Mobilização cresce. Luta nas ruas e nas redes - Em resposta ao anúncio, a Condsef/Fenadsef, em conjunto com as entidades que compõem o Fonasef e a Aliança das Três Esferas, de servidores federais, estaduais e municipais, vão reforçar ativida-

des e mobilização conjunta em defesa dos serviços públicos.

Na terça, 26, está previsto mais um ato no aeroporto de Brasília, com o objetivo de pressionar parlamentares que desembarcam na capital federal.

No dia 2 de setembro, véspera da data anunciada para acontecer a comissão geral convocada por Hugo Motta, a Condsef/Fenadsef participa de reunião com a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público e a Aliança das Três Esferas. O objetivo é alinhar estratégias contra o avanço de uma proposta de reforma administrativa com viés fiscalista e punitivista.

A defesa dos serviços públicos é uma luta de toda a sociedade. "Enquanto dizem que o Estado deve servir melhor, quem paga a conta é sempre o cidadão", alerta a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público. A Condsef/Fenadsef reforça ainda que é preciso desmascarar esse discurso.

A campanha "Quem votar, não volta" também segue mobilizando servidores em todo o Brasil. Além disso, novos atos, reuniões regionais e seminários estão sendo organizados para barrar o avanço da reforma. (FONTE: CONDESEF)

Seminários Regionais da Condsef reuniram servidores em Fortaleza



tratarem de negociação coletiva no Regime Jurídico Único, impactos da reforma administrativa e organização sindical. No segundo, o foco esteve nas empresas públicas, com mesa sobre acordos coletivos de trabalho, análise de índices de reajuste e simulação de negociação entre bancadas sindicais e patronais.

O evento se encerrou com avaliação geral e reafirmou o compromisso dos servidores com a valorização das carreiras, a defesa dos serviços públicos e o fortalecimento da organização sindical.

Nos dias 22 e 23 de agosto, Fortaleza sediou os Seminários Regionais da Condsef, que reuniram dirigentes sindicais e representantes de diversas categorias para discutir desafios do serviço público. O encontro abordou temas como negociação coletiva, reforma administrativa, organização sindical e estratégias de fortalecimento da luta em defesa de direitos.

No primeiro dia, os debates

Mediação no TST sobre o adicional de insalubridade na Ebserh

Na terça-feira, 26, a Condsef/Fenadsef, acompanhada de sua assessoria jurídica, e demais entidades representativas dos empregados e empregadas da Ebserh estiveram no Tribunal Superior do Trabalho (TST) para a segunda reunião de mediação sobre o adicional de insalubridade na empresa.

Essa foi a primeira reunião bilateral com o TST e representantes da empresa e dos empregados. Após muitas intervenções, apreciações jurídicas e discussões, foi definido um calendário com duas datas. Até o dia 4 de setembro a Ebserh terá que responder a um quesito que vai ser apresentado pelo TST e até o dia 11 de setembro será a vez dos trabalhadores responderem a um outro quesito que o TST irá apresentar à categoria.

O conteúdo desses quesitos será divulgado imediatamente após o recebimento formal e por escrito do TST, o que deve acontecer nos próximos dias com a divulgação da ata da reunião de hoje.

Assembleias definem - A resposta do quesito por parte dos trabalhadores será dada por meio de assembleias. Os trabalhadores devem se preparar. Até o dia 11 serão realizadas reuniões informativas, lives, assembleias preparatórias para finalmente serem realizadas assembleias de deliberação que vão decidir o que a categoria vai decidir a partir do que o TST apresentar.



ACOMPANHE O SEU SINDICATO PELAS REDES SOCIAIS.

Acesse:

SITE: www.sindsepmmt.org.br

FACEBOOK: www.facebook.com/sindsepmmt

YOUTUBE: www.youtube.com/@sindsep-mt



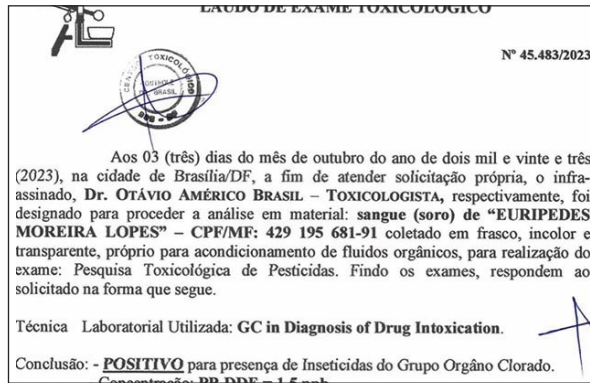
ATENÇÃO FILIADOS E FILIADAS

Está havendo muitas reclamações por causa do não recebimento ou excesso de atraso do seu informativo, que é enviado para suas residências mensalmente pelo Correios. Se este é o seu caso, ligue para nós e vamos acompanhar caso a caso: (65) 3023-7000 ou (65) 3023-6617. Ou pelo email: contato@sindsepmmt.org.br

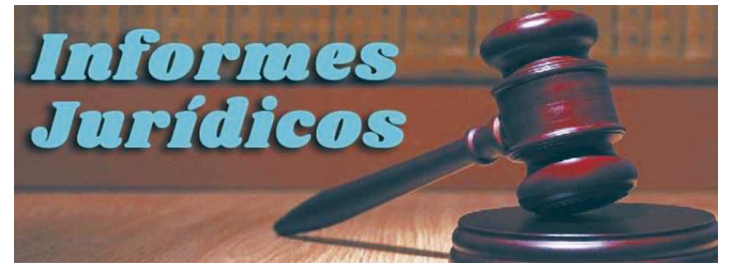
Fotos: Mario Hashimoto



Entidades prometem novos atos no Congresso Nacional



Laudo atestando positivo para o servidor de Nortelândia



COMUNICADO OFICIAL

O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO - SINDSEP/MT, por intermédio de sua Diretoria e de sua Assessoria Jurídica, vem a público informar a toda a categoria de servidores públicos federais que **dará início aos procedimentos de cumprimento coletivo de sentença** relativos a diversas ações judiciais vitoriosas, cujos direitos já se encontram devidamente reconhecidos pelo Poder Judiciário com possibilidade de acordo junto a AGU e/ou PRF.

As execuções abrangerão, entre outras, as seguintes teses jurídicas de grande relevância para os nossos filiados:

1. **Restituição da contribuição ao Plano de Seguridade Social (PSS) incidente sobre gratificações e verbas de natureza indenizatória;**
2. **Pagamento das diferenças relativas às Gratificações de Desempenho (GDs);**
3. **Implementação integral do reajuste geral de 28,86%;**
4. **Correção e pagamento de valores devidos a título de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI).**

Ademais, o SINDSEP/MT reafirma seu compromisso inabalável com a defesa dos interesses de seus representados e comunica que, paralelamente a estas execuções, está promovendo os estudos técnicos necessários para a propositura de novas ações judiciais, visando resguardar direitos e garantir o estrito cumprimento da legislação em favor da categoria.

O Sindicato manterá todos informados sobre os desdobramentos e conclama os servidores a acompanharem nossos canais oficiais de comunicação para futuras orientações.

Assessoria Jurídica - SINDSEP/MT - Em defesa do serviço e do servidor público.

Alerta Importante:

Cuidado com o golpe do falso advogado!

O Sindsep-MT informa a todos os servidores que circula, novamente, o chamado golpe do falso advogado. Nessa fraude, estelionatários se passam por advogados ou representantes judiciais — muitas vezes utilizando dados reais de processos — e entram em contato pedindo pagamentos para liberar supostas verbas judiciais. O desfecho, claro, é que o dinheiro vai para os golpistas, enquanto os servidores ficam no prejuízo.

Como o golpe funciona:

Os criminosos obtêm dados reais de processos judiciais e os utilizam para dar veracidade à farsa.

Aí entram em contato via WhatsApp ou telefone, com urgência, afirmando que é necessário um pagamento via PIX ou depósito imediato para liberação de valores como precatórios, alvarás ou RPVs.

Em seguida, dispara-se um documento forjado — sentenças, ofícios, alvarás falsos — com montagem muito convincente.

Depois que o pagamento é feito, o falso advogado desaparece — e o servidor fica sem o valor e sem contato com o suposto advogado.

O que as autoridades recomendam:

Não realize pagamentos por PIX, transferências ou boletos enviados por fontes não verificadas.

Verifique sempre a identidade do contato antes de qualquer ação.

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) enfatiza: nunca solicite nenhum tipo de pagamento via PIX ou outro meio para liberar valores judiciais.

O que tem sido feito em Mato Grosso: A OAB-MT reforçou junto ao Ministério da Justiça a necessidade de federalização das investigações, dada a abrangência interestadual do golpe.

A entidade também firmou parcerias com a Polícia Civil e com o TJMT para implementar ajustes de segurança no sistema eletrônico de tramitação processual (PJe).

Contatos oficiais do Jurídico do SINDSEP/MT

Caso você receba qualquer mensagem suspeita ou tenha dúvidas sobre autênticos contatos jurídicos, não hesite em entrar em contato diretamente com o Jurídico do sindicato:

Telefone fixo: (65) 3023-7000

WhatsApp: (65) 99945-6283

Ou, diretamente com a Dra. Adriane Santos dos Anjos:

WhatsApp: (65) 99947-5368

WhatsApp: (65) 99309-5678

Seja sempre cauteloso com contatos não verificados e proteja-se contra fraudes.

NEXO CAUSAL

Dois servidores intoxicados por DDT têm laudos favoráveis em ações trabalhistas

Para o sindicato, laudos favoráveis representam marco importante. Agora é aguardar decisão judicial

As ações judiciais movidas por servidores da antiga Sucam (Superintendência de Campanhas de Saúde Pública), atual Fundação Nacional de Saúde (Funasa), que atuaram no combate a endemias utilizando o pesticida DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), avançaram nos últimos meses e ganharam reforço com laudos periciais favoráveis.

Entre julho e agosto de 2025, dois servidores foram submetidos a perícia médica. Os especialistas constataram contaminação por pesticidas organoclorados, entre eles o DDT — substância proibida no Brasil desde a década de 1990 devido aos riscos à saúde humana e ao meio ambiente.

Contaminação confirmada - Os laudos apontam que os trabalhadores foram expostos de forma contínua ao DDT durante anos de atividade no combate às endemias, em muitos casos sem uso adequado de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs). Exames toxicológicos apresentaram resultados compatíveis com exposição crônica ao pesticida,

estabelecendo o nexo causal entre a intoxicação e as funções desempenhadas no serviço público.

Um dos intoxicados, Sidney Fernandes, 56 anos, trabalhou como agente de campo desde 1987. Ele relata que, durante três décadas, manuseou DDT e Malathion sem a devida proteção, o que resultou em sintomas graves de intoxicação. Segundo Sidney, até seu irmão, também ex-servidor, desenvolveu problemas semelhantes.

Entre as condições precárias de trabalho, ele lembra que os recipientes com veneno eram transportados junto a alimentos na carroceria das caminhonetes e dissolvidos em baldes posteriormente utilizados para alimentação. O servidor também desenvolveu uma doença oftalmológica grave, que evoluiu para a perda da visão do olho direito — quadro que, segundo ele, coincidiu com o período de maior exposição ao DDT.

Outro servidor, Eurípedes Moreira Lopes, 61 anos, morador de Nortelândia (MT), também recebeu laudo confirmando nexo causal direto. Exames de-

tectaram inseticidas no sangue, incluindo organoclorados, de acordo com análise do Centro Toxicológico Dr. Brasil.

Chances reais de êxito - A documentação juntada aos autos fortalece os argumentos dos trabalhadores e amplia as chances de vitória nas ações. Embora os efeitos da intoxicação variem de acordo com cada organismo, os peritos destacaram que o contato direto com o DDT pode causar riscos neurológicos, endócrinos, reprodutivos e até potencial carcinogênico.

Próximos passos - Agora, os processos aguardam decisão judicial. Para o sindicato, os laudos favoráveis representam um marco importante, pois reconhecem a realidade vivida por centenas de servidores que, em nome da saúde pública, foram expostos a substâncias altamente tóxicas.

O Sindsep/MT, por meio de sua assessoria jurídica, seguirá acompanhando os casos de perto e prestando todo o suporte necessário aos trabalhadores.

Senado adia votação da PEC 66, mas a luta continua

Dívidas judiciais (precatórios) podem virar calote contra trabalhadores, aposentados e cidadãos

O presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), decidiu no dia 20, adiar a votação em segundo turno da PEC 66/2023. Oficialmente, o motivo alegado foi o afastamento médico do relator, senador Jaques Wagner (PT-BA). Mas, para a CUT, o que pesou, de fato, foi a pressão organizada pelos sindicatos e servidores contra a proposta.

A reação organizada da CUT, sindicatos e trabalhadores explica por que a votação não avançou, mesmo com forte pressão de prefeitos e governadores pela aprovação, destacou Sérgio Antikeira, secretário de Relações do Trabalho da CUT Nacional e coordenador do Macrossetor do Serviço Público da CUT, que reúne as três esferas — municipal, estadual e federal,

“Eles alegaram que o relator não estava presente, mas não precisaria ser assim. O adiamento foi fruto da mobilização e da pressão popular. E isso mostra

que a luta dá resultado, mas precisa continuar”, disse.

Antikeira destacou a importância da ferramenta Na Pressão, que mobiliza a sociedade para enviar mensagens diretamente aos parlamentares. “Sabemos que a mobilização foi determinante. No dia 20, ampliamos a campanha no site Na Pressão, da CUT, e o volume foi tão grande que chegou a travar a plataforma. Isso fez diferença, e é nessa linha que temos que seguir — a de manter a pressão porque a qualquer momento a PEC pode voltar ao Plenário”, afirmou.

“Nós fizemos uma adaptação rápida para que o sistema enviasse mensagens aos senadores, já que estava voltado para a Câmara. O resultado foi imediato: milhares de cidadãos participaram, e isso ajudou a segurar a votação. Mas não podemos baixar a guarda”, acrescentou.

A preocupação do dirigente

tem um forte motivo. A PEC 66 foi aprovada em primeiro turno no mês de julho, com 62 votos favoráveis e quatro contrários. O texto aguarda agora a votação final. Caso aprovada em segundo turno pelo Plenário do Senado — tendo já passado pela Câmara dos Deputados —, a PEC vai à promulgação, tornando-se uma nova emenda constitucional.

O que é a PEC 66/2023 - A Proposta de Emenda Constitucional 66/2023, apelidada de PEC do Calote, autoriza estados e municípios a adiarem e parcelarem o pagamento de precatórios — dívidas já reconhecidas pela Justiça.

A maior parte dos credores são servidores públicos, ativos e aposentados, mas a medida atinge também qualquer cidadão que tenha obtido na Justiça o direito a reajustes, pisos salariais, adicionais ou indenizações. A proposta alonga prazos, limita pagamentos. (FONTE: PORTAL CUT)

DEMORA

Mesa Setorial da Funasa discute retorno de servidores e reestruturação do órgão

Em primeira reunião ordinária da mesa setorial, representantes da Funasa e da Condsef/Fenadsef debatem impasses com o MGI, desafios estruturais nas superintendências estaduais e reivindicações sobre direitos trabalhistas e autonomia administrativa

Representantes da Funasa e da Condsef/Fenadsef participaram no último dia 21, da 1ª Reunião Ordinária da Mesa Setorial de Negociação Permanente, realizada na sede do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em Brasília. A reunião marcou o início das tratativas formais sobre temas urgentes que impactam os servidores da instituição, especialmente em meio ao atual processo de reestruturação do órgão. A bancada sindical solicitou à Funasa a apresentação de um cronograma das próximas reuniões, com o objetivo de dar continuidade às tratativas e garantir avanço na resolução das demandas apresentadas.

Entre os principais pontos de pauta desse primeiro encontro esteve o retorno imediato dos servidores à Funasa,

Foto: Sindsep-DF



Depois de um longo tempo, a 1ª Reunião Ordinária da MSNP da Funasa foi realizada no CNS

tema que enfrenta entraves devido a conflitos de interpretação entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o Ministério da Saúde (MS) e a Advocacia-Geral da União (AGU). A Condsef/Fenadsef cobrou a entrega da lista de servidores que ainda não retornaram, compromisso que foi assumido pela Funasa.

Outra questão debatida foi a reestruturação institucional da Funasa e a revisão de seu regimento interno. A Fundação mencionou um relatório elaborado pelo MGI, atualmente sob sigilo, enquanto os representantes sindicais defenderam o uso de um dossiê já ela-

borado pelos servidores com propostas para a nova configuração do órgão. O envio oficial desse material à gestão superior foi solicitado.

Condições de trabalho e direitos - A reunião também tratou da situação das superintendências estaduais, com foco em estrutura física, quadro de pessoal (ativos, aposentados e pensionistas), condições de trabalho e realização de exames periódicos. A Funasa reconheceu dificuldades contratuais para melhorias estruturais e comprometeu-se a fornecer dados atualizados sobre o número de servidores.

No campo dos direitos trabalhistas, houve destaque para a conversão do tempo especial em comum, com a proposta de elaboração de uma cartilha orientativa sobre LTCAT e PPP.

Quanto à Gratificação de Combate às Endemias (Gacen), a Funasa informou que prestará esclarecimentos sobre o direito ao enquadramento e os critérios aplicáveis.

A autonomia financeira das superintendências foi outro ponto sensível da discussão, sendo apontada como um tema com opiniões divergentes e que deverá ser aprofundado no âmbito da reestruturação. A Condsef/Fenadsef deve encaminhar sugestões para viabilizar essa autonomia administrativa.

Também foi discutida a transferência da folha de pagamento de aposentados e pensionistas para o MGI, em linha com um esforço mais amplo de centralização na administração federal. A Condsef/Fenadsef irá se posicionar formalmente sobre o tema.

Por fim, o fornecimento de documentos de filiados às entidades representativas foi debatido, com a Funasa recomendando que denúncias sejam feitas à Ouvidoria e a Confederação avaliando possíveis medidas judiciais nos casos de negativa. (FONTE: CONDSEF)

ENCONTROS

Avançam negociações no Mapa, MJSP, MS e Ebserh

Reuniões em ministérios e na Ebserh reforçam diálogo entre governo e servidores federais na defesa de direitos e condições de trabalho. Os encontros mostraram avan-

Quatro importantes agendas de negociação marcaram os últimos dias, reunindo representantes sindicais e do governo em torno da defesa de direitos e da melhoria das condições de trabalho de servidores de ministérios e da Ebserh. Os encontros mostraram avanços, cobranças e a necessidade de fortalecer o diálogo permanente entre trabalhadores e administração pública.

No Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), a reunião do dia 13 apresentou a proposta de criação de um Grupo de Trabalho para discutir questões ligadas ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e ao Instituto Nacional de Meteorologia. A Condsef/Fenadsef reforçou a cobrança de respostas a ofícios já enviados em encontros anteriores e destacou a importância de dar encaminhamentos concretos às demandas. O próximo en-

contro da mesa setorial está agendado para 19 de novembro.

No mesmo dia, foi a vez do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) realizar sua mesa setorial. O tema central foi a implementação do Programa de Gestão e Desempenho (PGD). A bancada sindical cobrou transparência nos percentuais de adesão por unidade e defendeu mais espaço para que os servidores participem com sugestões. Também reforçou o pedido de apoio da pasta à inclusão do plano de carreira da categoria em projeto de lei que será encaminhado ao Congresso. O calendário de novos encontros já foi definido.

Na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), a sexta reunião da Mesa Nacional, realizada no dia 14, trouxe pautas sensíveis. Um procedimento considerado discriminatório contra gestantes e lactantes foi dura-

mente criticado. Também houve cobrança pela imediata implantação de salas de amamentação, compromisso assumido no Acordo Coletivo de Trabalho. A direção informou que a maioria dos hospitais já conta com esse espaço e que os demais serão contemplados em breve.

Outro tema de destaque na Ebserh foi a implantação do ponto eletrônico com reconhecimento facial. Segundo técnicos da empresa, o sistema seguirá as regras da Lei Geral de Proteção de Dados. Houve ainda a confirmação de que 51 técnicos em radiologia terão direito à correção no adicional de insalubridade. O pagamento será retroativo e aplicado até dezembro. A medida foi considerada uma vitória importante para os trabalhadores da categoria.

No Ministério da Saúde, a 5ª reunião extraordinária da mesa setorial,

realizada no dia 18, tratou da alteração da Portaria 243/2015. A norma regulamenta a cessão de servidores do órgão a estados e municípios para atuação no SUS. O sindicato defendeu mudanças que garantam proteção contra arbitrariedades de gestores e assegurem o custeio de deslocamentos quando os servidores forem convocados a perícias em outras cidades. As entidades têm até o dia 26 para apresentar suas contribuições à proposta do governo.

Para a direção do Sindsep-DF, os encontros refletem a importância do processo de negociação coletiva como ferramenta de transparência e valorização do serviço público. As mesas realizadas nos ministérios e na Ebserh demonstram que, mesmo diante de divergências, é possível avançar no fortalecimento das categorias por meio do diálogo permanente. (COM SINDSEP-DF)

Expediente

o compromisso

Boletim informativo do Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Mato Grosso

Rua Dr. Carlos Borralho nº 82, bairro Poção. CEP 78.015-630 - Cuiabá-MT
Telefone: (65) 3023-9338/3023-7000 - email: contato@sindsepmto.org.br
Jornalista responsável: Mário Hashimoto DRT 200/MT
E-mail: mhashi104@yahoo.com.br
Editoração eletrônica: Oficina A-104

DIRETORIA EXECUTIVA QUADRIÊNIO 2022/2026

Presidente: Carlos Alberto de Almeida; Vice-Presidente: Elias Belisário de Araújo; Secretaria Geral: Fernando Pivetta; Adj. Secretaria Geral: Zeni Salete Boff; Secretaria de Finanças: Gildásio Ferreira Gomes; Adj. Secretaria de Finanças: Sílvia Cléia Aires Ferreira; Secretaria de Administração: Enildo Gomes; Adj. Secretaria de Administração: Nélso Fortunato Ojeda; Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Damásio de Souza Pereira; Adj. Secretaria Para Assuntos Jurídicos: Rosana Luzia Gomes da Costa; Secretaria de Formação e Política Sindical: José Olímpio da Silva Neto; Adj. Secretaria de Formação e Política Sindical: Eliete Julia Sala Santini; Secretaria do Interior: Benedito Assis da Silva; Adj. Secretaria do Interior: Albir Alves de Brito; Secretaria de Imprensa e Comunicação: Gilmar Campos Soeiro; Adj. Secretaria de Imprensa e Comunicação: Adilson Benke; Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Izabel Santana da Silva; Adj. Secretaria de Aposentados e Pensionistas: Elza Barbosa dos Santos; Secretaria da Saúde do Trabalhador: João de Deus da Silva Filho; Adj. Secretaria da Saúde do Trabalhador: Celso Alfredo Simon; Secretaria dos Anistiados e Demitidos: Joacira Santana Rodrigues de Almeida; Adj. Secretaria dos Anistiados e Demitidos: José Maria Silva e Arruda; Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Manoel Martins; Adj. Secretaria de Cultura, Secretaria de Movimentos Sociais, Cultura, Raça e Etnia: Idivaldo Bernardes de Oliveira; Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Joilson Ruas do Nascimento; Adj. Secretaria dos Empregados em Empresas Públicas: Sandra Cristina Ribeiro; Suplentes de Direção: I - Deusdete Cabral; II - Rosina Almeida Paiva; III - Divina de Oliveira Santos; IV - Aderbal Castro de Queiroz; V - Donato Ferreira da Silva; VI - Jacira Weis. Conselho Fiscal - Membros Efetivos: I - João Sebastião Alves Pereira; II - Benedita Vandineia de Oliveira; III - Edmilson Lourenço Máximo; Suplentes do Conselho Fiscal: I - Geovano Santos Moreira; II - Ademar Viana dos Santos; III - João Martins de Souza.

ARTIGO

Para que servem os sindicatos no século XXI?

CLEMENTE GANZ LÚCIO*

Há múltiplas transformações que promovem transições das realidades econômica, social, política e cultural e que impactam a vida presente e futura da classe trabalhadora e da organização sindical.

Essas transformações podem ser caracterizadas por cinco transições estruturais, a saber: a transição tecnológica e digital, com destaque para a robótica, a inteligência artificial, os novos materiais e a biotecnologia; a transição demográfica, que indica um rápido envelhecimento porque a população vive mais e tem menos filhos; a transição ambiental e climática, com a poluição do meio ambiente e o aquecimento do clima pelo efeito dos gases estufa; a transição política, com a fragilização das democracias, o crescimento da extrema-direita, os ataques ao Estado Democráticos de Direito e a liberdade; a transição de regulação e do valor político do trabalho, moldada pela desregulamentação trabalhista, pelas iniciativas para enfraquecer os sindicatos e pelo individualismo exacerbado.

O sindicalismo é o maior movimento organizado da sociedade civil no mundo e desempenhou ao longo dos dois últimos séculos um papel essencial para a promoção dos direitos trabalhistas, da qualidade dos empregos, do crescimento dos salários e a promoção e defesa da democracia e de suas instituições. Continuamos desafiados à cumprir essa missão histórica em um novo contexto econômico, social, político e cultural.

Refletir sobre esse desafio sindical é o que realiza o jurista e assessor do movimento sindical espanhol, Antonio Baylos, no livro “¿Para qué sirve un sindicato? Instrucciones de uso”¹. Em um contexto de crise do trabalho assalariado, avanço do neoliberalismo, precarização e individualização das relações laborais, questionar a razão de ser do sindicato é, além de um exercício analítico, uma necessidade histórica. Este artigo apresenta cinco eixos fundamentais desenvolvidos por Baylos, que ajudam a compreender a relevância do sindicato diante das transições que ocorrem no mundo contemporâneo.

O sindicato como pilar da democracia

Os sindicatos são expressões organizativas autônomas da classe trabalhadora e cumprem um papel essencial na consolidação de regimes democráticos. A democracia se realiza nas urnas, nos parlamentos, nos governos, nos espaços de participação social. Mas a democracia também se realiza e se fortalece a partir dos locais de trabalho e nas lutas que a classe trabalhadora promove. O sindicato é o instrumento que permite aos trabalhadores exercerem sua cidadania social, lutando por condições dignas de trabalho, emprego de qualidade, melhores salários, proteção social e previdenciária, igualdade de oportunidades e participação.

Nesse sentido, para Baylos, o sindicato não é uma peça acessória da democracia, mas um de seus fundamentos. A sua existência fortalece os mecanismos de deliberação social, amplia o controle popular sobre as decisões econômicas e aprofunda a dimensão cidadã do sistema democrático. Em contextos de autoritarismo, os sindicatos são também espaços de resistência e defesa das liberdades civis e políticas.

Sindicato como contrapoder social

Outro aspecto que Baylos enfatiza é que os sindicatos têm uma função central de contrapor frente à hegemonia do capital nas relações de trabalho. Em uma sociedade estruturalmente desigual, em que os patrões concentram poder econômico e institucional, os trabalhadores só conseguem defender seus interesses através da ação coletiva. O sindicato é o veículo desse contrapoder porque articula, mobiliza, organiza, representa e negocia.

Esse contrapoder não é apenas reativo, mas propositivo. Os sindicatos atuam na construção de alternativas, na formulação de propostas de regulação social do trabalho, na intervenção sobre a política econômica, na defesa de direitos sociais amplos e de políticas públicas universais. Baylos reafirma que o sindicato deve ser um sujeito político transformador, com projeto próprio e autonomia diante de governos e partidos.

Negociação coletiva como direito fundamental

Um dos pontos centrais do pensamento de

Baylos é a afirmação da negociação coletiva como um direito fundamental dos trabalhadores. Trata-se de uma dimensão inalienável da autonomia sindical, reconhecida por convenções da OIT – Organização Internacional do Trabalho e constituições democráticas. A negociação coletiva é o meio através do qual os trabalhadores participam da regulação das condições de trabalho, dos salários, dos tempos de descanso e das formas de organização produtiva.

Sem negociação coletiva, o trabalho é regulado exclusivamente pelo poder unilateral do empregador ou pela legislação, que muitas vezes sofre pressões para ser flexibilizada. A negociação coletiva democratiza o local de trabalho, cria equilíbrio de forças, e permite adaptar normas gerais a condições setoriais e locais. Sua existência efetiva exige organização sindical forte, legislação protetiva e respeito institucional.

Representar todos os trabalhadores

A diversidade de formas de ocupação (assalariados com e sem carteira assinada; servidores estatutários; conta-própria, autônomos e trabalhadores independentes; cooperados; trabalhadores domésticos; trabalhadores de cuidados; pejotizados, microempreendedores individuais, entre outras) é um desafio estratégico a ser enfrentado pelo sindicalismo. Por isso, Baylos faz uma crítica contundente aos modelos sindicais excludentes, que representam apenas setores estáveis e com contratos protegidos. Para ele, o sindicato do século XXI precisa ampliar sua base de representação, incluindo trabalhadores precários, informais, autônomos dependentes, imigrantes e jovens.

Essa ampliação exige novas formas organizativas, linguagem acessível, escuta ativa e capacidade de intervenção nos novos espaços de trabalho (plataformas digitais, cadeias produtivas fragmentadas, cooperativas etc.). O sindicato precisa ser um instrumento de inclusão social e laboral, contribuindo para reduzir desigualdades e democratizar o acesso a direitos.

Enfrentar os desafios contemporâneos

O sindicalismo vive desafios globais: queda

na densidade sindical e na sindicalização, fragmentação da classe trabalhadora e das formas de representação (categorias mais fracionadas e sindicato por empresa), ofensiva neoliberal para flexibilizar direitos trabalhistas e sociais. Baylos analisa esses desafios e, principalmente, aponta caminhos para enfrentá-los, com destaque para:

- O combate à “uberização” e à falsa autonomia dos trabalhadores de plataforma;
- A resistência à desregulamentação e à precarização do trabalho;
- A necessidade de revitalizar os espaços de negociação coletiva;
- A articulação com outros movimentos sociais e ambientais;
- A reinvenção das práticas de base, com foco na escuta e no cuidado.

O autor propõe investir em “nova cultura sindical”, baseada na democracia interna, na participação ativa dos filiados e na construção de alianças sociais amplas. Para Baylos, o sindicato continua sendo uma ferramenta essencial da luta por justiça social, desde que saiba se renovar sem perder sua identidade de classe.

Considerações finais

“Para que serve um sindicato?” não é apenas uma pergunta retórica. Em tempos de retrocessos sociais, de mercantilização da vida e de ataque aos direitos trabalhistas e sindicais, responder a essa pergunta é um ato de resistência e de ousadia política. Antonio Baylos oferece reflexões críticas e inspiradoras. Ele mostra que o sindicato é mais do que um instrumento de defesa: é uma escola de democracia, um agente de transformação social, um contrapoder imprescindível para que a igualdade deixe de ser uma promessa e se torne uma realidade concreta.

1 “¿Para qué sirve un sindicato? Instrucciones de uso”, Antonio Baylos, Los Libros de la Catarata Editora, 192 páginas, 2021.

*DIRETOR TÉCNICO DO DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE)



NOME	DIA
ABEL JESUS DE ARRUDA	02
ADELFA PINTO CRUZ	29
ADELINO RAMAO DA SILVA	01
ADEMIR CEBALHO DE PAULA	20
ALAIDE BATISTA REGO	12
ALBERTINA DA SILVA RAMOS	18
ALCEBIADES DA COSTA	03
ALEXANDRE GOMES DE MATOS	09
ALFREDO NILO DA SILVA	25
ALINOR PAES DE BARROS	19
ANA MARIA GONCALVES DE QUEIROZ	20
ANA PAULA TOLEDO RESENDE	09
ANASTACIO RODRIGUES CUNHA	20
ANGELA BEATRIZ DE SOUSA	01
ANTONIO CARLOS BORGES PACHECO	24
ANTONIO CARLOS SALES	18
ANTONIO FERREIRA DE SOUZA	17
ANTONIO FRANCISCO FERREIRA	28
APARECIDO MANOEL DA SILVA	17
ARISTIDES DAMIAO DA COSTA	17
ATILIA APARECIDA DE OLIVEIRA RAMOS	21
BENEDITA VALDEMIRA MIRANDA NOGUEIRA	14
BENEDITO MAURILIO DA SILVA	13
BENEDITO MODESTO FELISBINO	07
BENILCE CARVALHO FERREIRA	15
BENTO IOCA	10
BERILO JOSE DA SILVA	07
BOAVENTURA TSEREWAMARIWE TSEREWAWA	25
BRUNA DANIELA JUPPA GRANEMAM	30
BRUNA RAFAELA PAIS PEDROSO	15
BRUNNA ALINE DE SOUZA PEREIRA	30
CARLOS ALBERTO DE ALMEIDA	13
CARMEM LUCIA ALVES	15
CELESTINO ALVES DE ARRUDA	06
CELMIS LENIZE MONTEIRO	07
CICERO JOSE DE SOUZA	13
CICERO JOSE DE SOUZA	13
CIELENE GOULARTE MOURA	18
DAIANE NUNES DE AMORIM	09
DARIO IPOGUCAM VENCESLAU	12
DENIVALDO ROBERTO DA ROCHA	15
DESIDERIO MACHADO	14
DEUSDETE CABRAL	12
DIANARY MENDES S MILHOMENS	30
DIDINO BATISTA RAMOS	15
DIVINA APARECIDA ANDRADE DE OLIVEIRA	06
DOMERCIO DOMINGOS MAGALAHES	13
DOMINGAS MARIA DE SOUZA OLIVEIRA	13
EDENAN ANTONIA SANTANA OLIVEIRA	30
EDGAR SANTOS BRANDAO	05
EDI PARADA MARTINS	03
EDITE GONCALVES DE ARRUDA COSTA	17
EDMEIA PEREIRA DA SILVA	20
EDUARDO GALICIANI	07
EDVAL NUNES DA SILVA	27
ELBE JOSE DIAS	26
ELIZANGELA SANDRA DA SILVA	10

ELIZIA SANTANA DA SILVA FERNANDES	02
ELPIDIO CAMPOS DA SILVA	12
ERASMO EGIDIO DOS ANJOS	01
ESTEVÃO VIRGILIO DE ARRUDA	02
EVA DA SILVA DE SOUZA	30
FABIANO ABUTUWE MADU	09
FÁTIMA APARECIDA DE ALENCAR	28
FERNANDA DAIANE PLETCH	19
FERNANDO ANTONIO MARTINEZ BONIN	22
FRANCISCO LUIS BOHNS RIBEIRO	19
FRANCISCO RIBEIRO DUARTE	17
GERALDO MOREIRA	04
GERCINO JOSE UMBERTO BARBOSA	06
GIOVANI DA SILVA SANTOS	28
GIVALDO FERREIRA DOS SANTOS	02
IDEVALDO PASSBERG	26
ITALO MARIA BELLO	04
IVAN QUEIROZ FERREIRA	08
IVONE QUEIROZ	19
JANUARIO DIAS DE MOURA	20
JEAN CARLOS LEITE BARBOSA	21
JEANI BRITO DOS SANTOS	24
JERONIMO CORREIA CHAGA	09
JOAO BOSCO AUGUSTO MARTINS	02
JOÃO BOSCO DE ALMEIDA SOUZA	02
JOÃO DE CASTRO ARAUJO FILHO	19
JOÃO GALDINO DE MEDEIROS	05
JOAO JOSE NUNES BARROS	30
JOÃO MACEDO	26
JOÃO PAULO NATARI BARBOSA	01
JOAO PEDRO DOS SANTOS	19
JOSE ANGELO FRANCO	05
JOSE ANTONIO DE OLIVEIRA	03
JOSE APARECIDO DE SANTANA	16
JOSE CARLOS CARDOZO DE OILVEIRA	15
JOSE CARLOS DE OLIVEIRA	14
JOSE PEREIRA DA SILVA	15
JOSIAS DE MIRANDA	23
JUCILENE CATARINA DE GODOY	04
JURANDIR DE SOUSA BARROS	08
JUSCELINO MELO	23
JUSSARA CONCEIÇÃO DO NASCIMENTO	10
JUSTINO LEMOS SILVA	26
KARINA DIAS SIMOES	05
LEONIDAS MOREIRA DOS SANTOS	10
LINO MATEUS OJEDA	21
LISES LEITE SANTOS	05
LUCIANE CARDOSO GOMES	18
LUCYLENE R. ANTUNES DIAS	29
LUIZ HERNANDE SANABRIA KERSCH	26
MAIRA TAQUIGUTHI RIBEIRO	19
MANOEL BENEDITO FERRAZ	11
MANOEL DA GUIA PINHO	25
MANOEL DIAULAS MAIA MIRANDA	25
MANOEL FRANCISCO BARBOSA	22
MARCELO COSTA SORTICA DE SOUZA	19
MARCINO FERREIRA DA SILVA	17
MARIA APARECIDA GUIMARES LUCAS	07
MARIA CONCEICAO FONTOURA	28
MARIA DA GLORIA FERREIRA	24
MARIA DAS DORES DE OLIVEIRA ALVES	18
MARIA DE SOUSA OLIVEIRA	03
MARIA DO CARMO FERNANDES DA SILVA POMPEU	26
MARIA FERNANDA PINTO DE ALENCAR ALCANTRA	14
MARIA LINA RODRIGUES	24
MARIA LOURDES VESTENA DE ARRUDA E SA	08
MARIA ROSA FERMINO NUNES	08
MARIANO SIMIAO DE SOUZA	05
MARISTELA SUNDFELD DE OLIVEIRA	17

MARLI BISPO DOS SANTOS NUNES	17
MAURO DA SILVA TOMAS	22
MAX ANTUNES DA SILVA	08
MEDSON MOREIRA DA SILVA	06
MEGARON TXUCARRAMAE	09
MIGUEL BATISTA SILVA	08
MIGUEL HENRIQUE PARA	30
MIGUEL RODRIGUES MOREIRA	29
MIGUEL XAVIER DOS SANTOS	25
MIGUELITA FORTES DA SILVA	29
MONTAGAS JONAS CORREA	10
NATAN ARAUJO	02
NEISON LEVINO DA SILVA	23
NELMIR RESENDE RODRIGUES	03
NEWTON AURELIO DE CAMPOS FILHO	26
NILO ISMAEL DO CARMO	18
NILO SOARES DE AMORIM	21
NILTA MARTINS DOS SANTOS	18
NILTON PIRES DE CAMARGO	28
NILTON RODRIGUES DE AMORIN	09
OLAVO DE SOUZA JORGE	05
OSCAR DOS SANTOS COQUEIRO	23
OSMAR FERNANDES	08
OSVALDO FRANCISCO DO CARMO	17
OSVALDO SOARES	02
OTAVIANO TSERENOWADAWE XAVANTE	06
PAULA MAGNA DE CAMPOS COSTA	06
PAULO HENRIQUE SOUZA ALMEIDA	14
PAULO SERGIO CHIARI EBELING	24
PEDRO SERGIO PIMENTEL	09
RAMOS DEOGARIS MELO	08
REGINA MARIA SCHNEIDER	29
RINALDO BERTOLDO DE ARRUDA	24
ROBERTO CARLOS SILVA DE MESQUITA	17
RONALDO CAMILO	24
ROSA MARIA DA CANTO LORUADELE	17
ROSANA APARECIDA DE FIGUEIREDO	05
ROSIVALDO CLEMENTINO DA LUZ	16
RUBENS VIGO	02
RUBIA MARCELA RODRIGUES MORAES	14
SANDRA ALVES NOGUEIRA RONDON	09
SANTINO PEREIRA BATISTA	22
SEBASTIAO DE LACERDA CINTRA	29
SEBASTIÃO PEREIRA CAJANGO	09
SEBASTIAO PINTO DA SILVA	03
SEBASTIAO SANTIAGO	14
SERGIO TOLEDO SANTANA	17
SHIRLEY STUART DE FIGUEIREDO	05
SIMONE ELIAS DE SOUZA	21
SINESIO FERNANDES DOS SANTOS	29
SONIA MARIA MARTINS CAMPOS	13
SONIRLEY FERREIRA DE MIRANDA	21
THIAGO DE FRANÇA BRITTO	10
TONY JOSÉ DE SOUZA	03
VALDINEI DA SILVA PASSOS	29
VANDA DOMINGOS LEITE BARBOSA	26
VANDERLEY MANOEL OLIVEIRA	07
VERA LUCIA FERREIRA DA SILVA	08
VERONICA SILVÉRIO	04